



AS DIFICULDADES DA EXPERIÊNCIA AGRÍCOLA NA ANGOLA SOCIALISTA (1975-1991).

Rodrigo de Souza Pain *

RESUMO:

O artigo pretende apresentar as dificuldades encontradas na República Popular de Angola no seu contexto posterior à independência. Para isso, apresentarei a criação de algumas instituições no seio do modelo de economia planificada e de conjuntura socialista leninista-marxista adotada pelo Movimento Pela Libertação de Angola que tomou o poder em 11 de Novembro de 1975. No primeiro momento, abordarei os desdobramentos políticos após à independência e o contexto desfavorável que o novo país herdou com a fuga de quadros portugueses. Em seguida, a estrutura política adotada será desenvolvida para a melhor compreensão da situação naquele momento. A partir daí a ênfase será na situação da agricultura angolana no contexto de crise. As dificuldades serão apontadas e as tentativas socialistas para desenvolver a agricultura serão colocadas como ponto central do artigo.

Palavras-chave: Angola, agricultura, socialismo, desenvolvimento.

* Doutorando em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRRJ.
Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/6156002633342205>

Os desdobramentos políticos após a independência de Angola em 11 de novembro de 1975

Os movimentos de libertação colonial em Angola (MPLA¹, FNLA² e UNITA³) estavam divididos e enfraquecidos na altura da Revolução dos Cravos(25 de abril de 1974), no qual o Movimento das Forças Armadas de Portugal derrubou o regime salazarista de Marcelo Caetano⁴.

Após diversas negociações, chegou-se ao Acordo de Alvor, que previa um governo de transição com representantes do governo português e dos três movimentos até a independência, prevista para 11 de novembro de 1975.

No entanto, esse governo de transição não consegue por fim as hostilidades entre esses três movimentos, que aumentam o contingente limite de oito mil militares para cada um, guerreiam entre si e colocam Portugal sem condições suficientes para impor o previsto no Acordo, enquanto em Lisboa, flutuações da política interna portuguesa impedem uma solução de outro tipo. O MPLA vence a “batalha de Luanda” , em Julho de 1975, e passa a ser o único movimento no governo, controlando militarmente doze das então dezesseis províncias do país (Pereira,1999:14).

Próximo ao dia marcado para a independência, o Alto Comissário e demais membros portugueses de governação e do exército se retiram de Angola, entregando o poder de soberania “nas mãos do povo angolano”. O MPLA proclama então a independência, em Luanda, sob a liderança de Agostinho Neto, no meio de conflitos armados generalizados, com duas invasões estrangeiras (África do Sul e Zaire) e intervenção cubana. Dessa maneira, a independência,

¹ A origem do MPLA data-se como partido político em 10 de dezembro de 1956, fundado como resultado da fusão de outros partidos e organizações. Sua base de apoio saiu das comunidades de brancos, mestiços e Kimbundu (ou Ambundu, como dizia Agostinho Neto, primeiro presidente da nação, uma das lideranças do MPLA e educado fora de Angola).

² A FNLA surgiu entre o povo Bacongo, do norte de Angola. Suas origens vêm da fundação da UPNA (União dos Povos do Norte de Angola), em julho de 1955, que mais tarde se tornou UPA (excluindo a referência do norte). Inicialmente o idealismo da UPA partia da idéia de reativar o antigo Reino do Congo. Em março de 1962, forma a FNLA com a unificação da UPA com o Partido Democrático de Angola (PDA).

³ A UNITA foi o último dos três movimentos a ser fundado. Jonas Savimbi, seu líder, acusou Holden Roberto, líder da FNLA de regionalismo e faccionismo quando trabalhavam juntos. Sua base de apoio principal é entre o povo Ovimbundu do Planalto Central, e principal grupo étnico de Angola. Sua fundação data o dia 13 de março de 1966.

⁴ Essa divisão dos movimentos nacionalistas em Angola é uma particularidade se comparado as outras colônias portuguesas.

conforme aponta Conceição, nasce dessa forma, no interior de uma crise generalizada (Pereira,1999:14).

No próprio dia 11 de novembro de 1975, eram criados dois Estados: a República Popular de Angola, com a capital em Luanda e dirigido pelo MPLA; e a República Democrática de Angola, com capital em Huambo e com governo encabeçado pela FNLA e UNITA⁵. De acordo com Acosta “(...) os observadores da cena política local concordam em que o MPLA tem o apoio da maioria da população (...) e FNLA e UNITA por seu lado, são mais forte sem tribos do interior” (Acosta,1976:11).

No entanto, a luta de libertação nacional (1961-1975) não provocou danos substantivos à produção do país, pois ela foi travada basicamente em áreas sem grande importância econômica e jamais alcançou níveis de alta intensidade como nos conflitos armados que se seguiram (Conceição, 1999:60-61). Devido ao clima de instabilidade na época da independência, Angola sentiu com o êxodo de mais de 300.000 colonos brancos⁶.

Estrutura política angolana pós-independência.

Em parte da Angola independente, o movimento de libertação que assumiu o controle do poder, o MPLA, tornou-se partido único e, dois anos depois, adotou o marxismo-leninismo como sua doutrina e de Estado, transformando-se em MPLA-PT (Partido do Trabalho)⁷. De acordo com Conceição, o centro de todas as decisões importantes da sociedade e do Estado estava localizado no partido. Isto significa, pelo menos na teoria, para o autor, que é o partido quem comanda o Estado⁸ (Conceição, 1999:124). O governo esteve formalmente subordinado ao MPLA. Na mesma linha, segue Amaral, ao afirmar que a política econômica foi conduzida por um “partido-Estado” que via na nacionalização dos meios de produção uma forma de democratização das estruturas econômicas do país (Amaral, 2004:52).

⁵ Essa aliança durou apenas 80 dias.

⁶ Para Galli foram 300.000(Galli, 1987:146) e para Conceição foram cerca de 340.000(Conceição, 1999:61).

⁷ O MPLA antes da independência podia ser considerado como uma coalização de várias facções nacionalistas e socialistas, e era fortemente influenciado pelo marxismo. No entanto, a construção de uma economia e sociedade socialista não consta na versão original da Lei Constitucional de 1975.

⁸ Simbolicamente ao analisar a bandeira do país recém independente e do partido, já nota-se semelhanças; assim como a idéia socialista presente no hino angolano.

Os órgãos governamentais em funcionamento ao nível nacional eram o Comitê Central, a Divisão Política do MPLA e o Conselho de Ministros, responsável pela implementação das políticas do partido. No que diz respeito ao judiciário⁹, a Constituição adotada em 1975 estipulava um judiciário independente, mas de 1976 até o início dos anos 1990 a principal instância jurídica foi o Tribunal Revolucionário do Povo, que interrogava prisioneiros acusados de por em perigo a segurança do Estado, ou de algum tipo de sabotagem econômica. Eram comuns arbitrariedades e um tribunal de apela não seria criado até 1980. Cortes militares foram estabelecidas em 1983(Tvedten apud Liberatti, 1999:62).

Também foram criados grupos políticos filiados ao MPLA, organizações que congregam de formas abrangentes categorias sociais, considerados genericamente como organizações de massa, e serviam de elo entre o aparato burocrático -administrativo do Estado angolano e sua sociedade. Como exemplo, a Organização das Mulheres Angolanas (OMA), a Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola (JMPLA), a União dos Jornalistas de Angola, e na área sindical, União Nacional dos Trabalhadores Angolanos(UNTA) são exemplos dessas organizações¹⁰

No campo econômico, a estruturação do setor industrial estatal a partir de confiscos, nacionalizações e da criação das unidades econômicas estatais marcou o início da Primeira República. As mais diversas formas de organização¹¹ criadas em substituição ao aparelho do Estado colonial-facista português não encontravam dinamismo necessário à consolidação e desenvolvimento das estruturas do Estado, objetivando a construção do socialismo (Amaral, 2004:53-54). A intenção naquele momento, para Ferreira, era primeiro de promover a

⁹ A dificuldade para desenvolver o sistema judiciário foi muito grande, em Angola tinham apenas quatro advogados e dois juizes no exato momento da independência.

¹⁰ A UNTA talvez tenha sido a organização mais relevante em face ao desafio da reconstrução nacional e da transição para economia socialista. Era importante para o MPLA ter uma força de trabalho eficiente e organizada. Por volta de 1984, a UNTA contava com 600 mil trabalhadores (em uma população economicamente ativa de cerca de quatro milhões). No entanto, seu impacto foi limitado pelas tarefas contraditórias de criar um sistema sindical forte e independente e de manter a produtividade e a disciplina no trabalho de acordo com as diretivas do partido (Tvedten apud Liberatti, 1999:63).

¹¹ Amaral salienta algumas formas como: Comissões de Coordenação, Gerais, Administrativas, Diretivas, Gestão, Controle, Emergência, Intervenção, Dinamização, Reestruturação, Provisórias, Reclassificação, Disciplina, Executivas, Extinção, Adjuntas, Nacionais, Provinciais, Comunaís, Bairro, entre outras (Amaral, 2004:53).

industrialização socialista baseada na indústria pesada e, depois, a industrialização pela substituição de importações¹².

Apenas em março de 1976 começam a ficar claro os objetivos de desenvolvimento econômico e social e da correspondente política econômica, ou seja, a chamada “política de resistência”. Essa política era caracterizada pela: a) resposta firme ao bloqueio econômico e à destruição sistemática do aparelho produtivo nacional por parte dos “inimigos do povo angolano, interno e externo, nesse último caso, o “imperialismo”; b) criação da base material e técnica que exigia o alargamento da cooperativização e do alargamento do setor estatal que efetivasse o controle das grandes e médias indústrias estratégicas; c) maximização do aproveitamento dos recursos existentes, muitos deles “abandonados pelos colonos” e momentaneamente improdutivos; d) encorajamento e apoio por parte do Estado ao setor privado, desde que respeitasse as linhas gerais da política econômica e laboral definida pelo MPLA(Ferreira, 1999:21-22).

Ao analisar o crescimento econômico de Angola pré-1973, Dilolwa conclui que “(...) o período 1961-1973 se caracterizou por uma forte implementação do capitalismo em Angola (...)”¹³(Dilolwa apud Amaral, 2004:50). Portanto, a força política no poder em Angola (MPLA), inicia um processo de desenvolvimento baseado na criação de condições materiais conducentes à construção de uma sociedade socialista – numa opção que viria colidir frontalmente, no plano econômico, com a estratégia de desenvolvimento colonial então delineada pelos Planos de Fomento(Amaral, 2004:51).

Além do plano econômico, no campo político o país vive uma grande instabilidade. A tentativa de golpe de Nito Alves abala a sociedade luandina. Em 1977, contradições aparentemente irreduzíveis sobre as formas da construção do socialismo conduziram a uma tentativa de golpe de Estado, cuja resposta em defesa da “causa socialista” decapita uma parte

¹² Nesse contexto, Ferreira chega a uma dupla constatação: não só pareciam ser inexistentes as condições necessárias à adoção de tais estratégias, como, e, sobretudo, o conjunto de medidas tomadas no âmbito da política econômica parecia inconsistente e inadequado promover essas estratégias de industrialização em Angola (Ferreira, 1999:05).

¹³ Simões, em 1972, chama-nos atenção sobre os mercados rurais: “apesar da fraca receptividade inicialmente manifestada pela população do sector tradicional, e da obstinada má vontade de alguns comerciantes (...) os mercados rurais têm-se firmado bem nos hábitos das gentes de algumas regiões, de tal maneira que, hoje (1972), os resultados são palpáveis em consequência de uma monetarização mais acentuada da economia de subsistência (...) a maior familiarização com a moeda tem concorrido para o desenvolvimento de uma nova mentalidade do camponês pelas maiores possibilidades de opção como elemento consumidor e de compreensão da utilidade de um número de bens cada vez maior postos ao alcance (Simões, 1972:153).

significativa da “burguesia nacionalista angolana”, o que viria a fazer de Angola um país economicamente adiado e mais fragilizado nas vertentes política e militar (Amaral, 2004:53). O número exato daqueles que foram mortos ainda é desconhecido.

A Assembléia do Povo é estabelecida em 1980 e era eleita por um sistema de voto indireto por membros do MPLA. Com 350 membros, tinha pouca influência, e não representava adequadamente as mulheres, camponeses e trabalhadores. Marco Antonio Liberatti afirma que a maioria dos membros eleitos era proveniente das áreas urbanas e eram, em grandes partes, militares e funcionários do governo. Além disso, a característica mais acentuada do sistema político vigente em Angola era a forte concentração de poder nas mãos do Presidente, que era líder do Partido, Chefe do Estado e Comandante – chefe das Forças Armadas¹⁴(Liberatti, 1999:61).

Situação da agricultura angolana em uma conjuntura de crise

A Lei Constitucional de 1975, em seu artigo número 8, apontava “a República Popular de Angola considera a agricultura como base e a indústria como fator decisivo no seu desenvolvimento”. Em 1978, o governo decidiu chamar esse ano como o “ano da agricultura”, com a finalidade de aumentar a produção agrícola, com todas as vantagens que daí poderiam ocorrer para a satisfação das necessidades alimentares da população, para o abastecimento de matérias primas para a indústria ou ainda para melhorar a balança comercial (pela diminuição das importações e pelo aumento dos produtos agrícolas exportáveis). Procurou-se assim mobilizar toda a força de trabalho disponível (Ferreira, 1999:33-34).

No entanto, a partir da independência percebe-se uma queda acentuada na produção agrícola. De acordo com a FAO, estima-se que a produção agrícola tenha decaído sucessivamente desde 1974/1975. Não se possuem dados relativos às produções de 1974, 1975 e 1976 devido à situação de guerra. Em 1977 começa a ser obtida a primeira informação

¹⁴ Fernando Pacheco comenta que é frequente hoje (2004) atribuir todos os malefícios da vida política, social e econômica ao período do facista-colonial e ao Leninismo, o que para ele não é verdadeiro. Tanto as práticas fascistas (como culto ao chefe, por exemplo), como as leninistas (submissão à direção centralizadora), complementam a matriz cultural bantu e, hoje, isso têm efeitos perniciosos na sociedade. Também não faz parte das práticas angolanas a prestação de contas, no sentido de dar satisfação, apresentar resultados de uma ação de que se é incumbido, por parte dos líderes, dos chefes, aos liderados. Isso tanto acontece ao nível da família, como na comunidade ou na nação (Pacheco, 2004:79).

estatística, no entanto, insuficientes (MINPLAN apud Amaral, 2004:56). Em 1983, por exemplo, as colheitas atingiram o índice 77 quando comparadas a 1973. A mesma tendência se verificou na produção de cereais, índice 66 em 1983¹⁵(Ferreira, 1993:35). O MPLA instituiu um sistema estatal de comercialização que, segundo Galli, não oferecia preços convenientes para estimular a produção. Também não era capaz de fornecer aos camponeses transportes ou abastecimentos regulares quer de bens de consumo, quer de bens de capitais (Galli, 1987:146).

Portanto, as políticas econômicas traçadas ao longo do período que sucede a independência de Angola mostraram-se nas práticas desajustadas aos objetivos preconizados e à realidade concreta do país, com reflexos mais acentuados no campo. O documento produzido pelas ONGs ACORD (Association Pour la Cooperation, recherche et developement) e ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente), elaborado por Júlio de Moraes e Fernando Pacheco, apontam que tal fato foi agravado pelo distanciamento entre as estruturas de concepção e de orientação global e as de execução, mostrando-se essas últimas incapazes de seguir e materializar as políticas traçadas. Esta situação, no caso concreto do setor agrário, conduziu à marginalização dos camponeses em relação a vida econômica, social e política do país. Além disso, as medidas de política agrária foram condicionadas pelas distorções de caráter macroeconômico, traduzidas pela falta de incentivos à produção, na inadequação dos preços, na falta de prioridade e oportunidade dos meios de produção e dos investimentos, na política de quadros e também na ausência de uma legislação fundiária que permitisse um correto ordenamento das diferentes formas de propriedade ou usufruto da terra (Acord e Adra, 1991:67).

Conforme se percebe, o declínio da agricultura angolana teve início logo após a sua independência. No entanto, vale dizer, não só angolana. Como salienta Negrão embora a questão da apropriação da terra africana pelos africanos estivesse na ordem do dia dos recém criados Estados modernos, as problemáticas da dimensão da exploração agrícola e do papel do mercado internacional, foram ignoradas pela maioria dos políticos das décadas de 1960 e 70. As terras foram desprezadas, os saberes produtivos e mercantis das populações rurais foram ignorados, a substituição das elites coloniais pelas emergentes africanas tomou corpo através da hiper-intervenção do Estado e a rápida transformação dos camponeses em trabalhadores rurais foi tida

¹⁵ Em face de 1973, de forma marcante: sisal, tabaco, café e algodão atingiram 10%, 2%, 5% e 0,35% em 1987(Ferreira, 1993:35), e Conforme o MPLA/PT, já em 1980, a produção mercantil controlada pelo Estado não tem permitido senão satisfazer cerca de 12% das necessidades alimentares da população urbana e dos operários agrícolas e de cerca de 15% das necessidades da indústria de matérias primas (MPLA apud Ferreira, 1993:35).

como a única alternativa para se fazer face à crescente de deterioração dos termos de troca. Nesse contexto, o dualismo colonial foi mantido e os Estados continuaram a selecionar as melhores terras ou para elites locais ou estrangeiras ou para empresas geridas por esse mesmo Estado¹⁶ (Negrão,2002:03-04).

São quatro os elementos apontados por Antônio Cardoso, e que caracterizam o declínio da agricultura angolana. Para o autor, logo após a independência, a população rural, mal preparada, com baixos índices de formação profissional e com elevadas taxas de analfabetismo, ficou sem o apoio das infraestruturas científicas, técnicas econômicas e de formação profissional, devido a fuga maciça dos técnicos agrários qualificados e dos colonos que detinham a rede de comercialização e drenagem dos produtos agro-pecuários¹⁷; outro elemento está associado aos colonos que abandonaram as fazendas e a maior parte foi nacionalizada. O Estado procurou assumir a sua gestão sob a forma socialista, tentando garantir, no mínimo, o salário dos trabalhadores que lá se haviam mantido e assegurar a continuidade do fluxo produtivo, principalmente em relação ao café. Mas tudo isso resultou em fracasso; o terceiro ponto foi o aumento geral da população, que depois da independência cresceu em cerca de cinquenta por cento, conjugado com as quebras da produção de culturas alimentares essenciais, veio acentuar o desequilíbrio produção / necessidade de consumo; e por fim, as áreas rurais, mesmo quando relativamente auto suficientes em produtos agrícolas, não encontravam estímulos para a produção de excedentes, devido não só a acentuada deficiência nas comunicações e transportes, como à inadequada política de preços e mercados (Cardoso, 2004:06-07). Nessas circunstâncias, Angola perdeu completamente a sua posição no mercado internacional para os produtos agrícolas de exportação. Passou de exportador líquido de produtos agrícolas para importador de grande parte dos produtos que consome (Cardoso, 2004:07).

O que marca esse contexto é a incapacidade do setor estatal responder às necessidades básicas do país. O setor agrícola, apesar de contar com 80% da população, foi o menos

¹⁶ Em países da África Oriental e Austral como Quênia, Malawi e Botswana, os pobres foram deixados em terras marginais onde a economia rural, desde que para lá foram, se encontrava estruturalmente distorcida. Na África Ocidental, a estrutura da economia rural do tempo colonial e com ela o padrão de distribuição da terra, manteve-se, tendo-se tão somente mudado a nacionalidade das direções das empresas e dos serviços (Negrão, 2002:04).

¹⁷ Até 1975, Angola dispunha de bons estudos relacionados com a sua disponibilidade de recursos naturais, como o Instituto de Investigação Agronómica de Angola (IIAA), o Instituto de Investigação Veterinária de Angola (IIVA), o Instituto de Investigação Científica de Angola (IICA), A Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola(MIAA), entre outros(Cardoso, 2004:04).

beneficiado em termos de investimento. Como aconteceu em muitos países subdesenvolvidos, as cooperativas e associações foram vistas basicamente como instrumentos a serviço do Estado e não como estruturas de autopromoção, geridas pelos próprios camponeses na base da voluntariedade e da participação. Mesmo como instrumentos a serviço do Estado, as organizações camponesas apresentavam-se como uma realidade apenas para as instituições diretamente ligadas ao processo, estabelecendo-se, de acordo com a ACORD e ADRA, a contradição entre as organizações camponesas e as estruturas de direção global, para as quais as associações tinham uma compreensão pouco clara e eram conseqüentemente preteridas na concepção e priorização de programas (Acord e Adra, 1991:68).

Nos primeiros anos de independência, em 1976 e 1977, mais de 92.000 camponeses tinham respondido ao apelo do governo para formarem cooperativas. Gerou-se grande entusiasmo, mas o governo não forneceu nenhum apoio de fato (Wolfer e Bergerl apud Galli, 1987:148). Conforme traz Conceição, de acordo com um cooperante brasileiro: “a opção cooperativa inicial foi angolana, mas depois, os assessores (búlgaros) a trocaram pelas fazendas estatais (...). Para eles, as cooperativas agrícolas eram suspeitas na medida em que mantém o processo de comercialização nas mãos dos camponeses (...) que passam a ter não somente força econômica, como política (Sarapu apud Conceição, 199:142). O controle estatal atingia não somente as empresas industriais, agrícolas e de comércio, mas igualmente os pequenos camponeses individuais que não estavam organizados em cooperativas e empresas estatais, conforme se depreende das afirmações do Presidente angolano, Agostinho Neto, “o camponês tem em si, um gérmen capitalista. O sonho de um camponês qual é? É ter uma grande propriedade... Para ter muitos lucros. E o seu lucro aumenta à custa dos trabalhadores que ele assalariou. É um explorador”¹⁸ (Neto apud Ferreira, 1999:24).

O argumento do Partido ao atribuir prioridade ao setor estatal era o de que ele oferecia melhores possibilidades para uma rápida introdução de técnicas modernas de produção, e o resultado foi que apesar de ter recebido perto de 90% dos investimentos para a agricultura, o

¹⁸ Ferreira salienta que esta forma de entender tal problema não é do que a transposição direta e acrítica do discurso soviético. No caso africano um tal discurso revela, em muitos aspectos, um desconhecimento da realidade e está em contradição com os estudos de antropologia e economia africana, onde o camponês e a sociedade tradicional se regem por princípios e no quadro de estruturas que só em parte têm a ver com a propriedade privada e os mecanismos “puros” do mercado (Ferreira, 1999:24).

setor estatal só forneceu em 1979, 12% dos bens alimentares e apenas 15% das matérias primas para a indústria (Meyns apud Conceição, 1999:142).

Ao caracteri

seguimento do que havia acontecido na última fase de transição, a responsabilidade do movimento cooperativo esteve a cargo da CADCO (Comissão de Apoio e Dinamização de Cooperativas, criadas pelo Governo de Transição) como estrutura multisetorial. As primeiras ações da CADCO com relação as cooperativas nas áreas rurais visaram o apoio às iniciativas em curso caracterizadas, de forma genérica, pela existência de “uniões” de cooperativas viradas para o abastecimento em bens de consumo e geridas por funcionários públicos, responsáveis políticos ou pessoas ligadas as instituições sociais e religiosas. As cooperativas integrantes dessas “uniões” eram constituídas por camponeses que não tinham praticamente intervenção na gestão da mesma nem qualquer outro tipo de participação. Assim, constituiu prioridade da CADCO procurar, através da prática da participação, modificar a situação vigente o que provocou obviamente contradições com as direções das “uniões”, acabando estas desaparecendo por dificuldades de gestão ou imposição administrativa (Acord e Adra, 1991:11).

Com a extinção dessa instituição alguns meses após à independência, a responsabilidade passou para os vários Ministérios, assumindo o Ministério da Agricultura, a tarefa de não só tutelar o setor cooperativo, mas também de apoiar a sua ampliação, organização e consolidação. Nesse sentido foi criado a DNACA(Direcção Nacional de Cooperativização Agrícola e Apoio aos Camponeses Individuais), que revela através de estatísticas oficiais, um crescimento contínuo do número de associações e associados até 1981. No entanto, tal evolução não correspondeu a um aumento da importância das cooperativas e associações tanto ao nível das comunidades rurais, como na participação do Produto Agrícola Bruto do país¹⁹(Acord e Adra, 1991:13-14).

Entretanto, ao nível de base, a intervenção por parte do Estado foi atribuída às EDA(Estações de Desenvolvimento Agrário) que, tuteladas pela DNACA e mais tarde pelo IDA(Instituto de Desenvolvimento Agrário), ficaram dessa maneira com a responsabilidade do apoio técnico- material aos camponeses e suas associações. Num período em que o setor estatal

¹⁹ Como exemplo, em 1979, o setor cooperativo participava apenas com 11,4% na produção comercializada pela empresa estatal que detinha oficialmente o monopólio da comercialização de produtos agrícolas, o que é agravado pela constatação de que a produção total comercializada em 1979 representava apenas 7 % da produção mercantil alcançada em 1973(Cruz apud Acord e Adra, 1991:14).

deixou de ter significado (exceto o setor do café), era tarefa da EDA promover a produção camponesa destinada aos circuitos mercantis (Acord e Adra, 1991:20) e também de chegar até os camponeses os serviços encarregados da distribuição de meios, incluindo sementes, fertilizantes, maquinarias, pesticidas, entre outros. Assim, consistia também na mobilização e agrupamento das cerca de 700 000 famílias camponesas em associações pré-cooperativas fundamentalmente com o objetivo de receber assistência técnica (Galli,1987:147).

A mais importante inovação das EDAs, conforme aponta Galli, foi a tentativa do governo em descentralizar os serviços em lugar de confiar exclusivamente nas entidades nacionais e provinciais que tinham ignorado os camponeses(Galli, 1987:148). Nas áreas de intervenção das EDAs ²⁰ assistia-se a uma relativa melhoria do apoio técnico e material às associações que ganham uma nova dinâmica e começam a apresentar resultados produtivos significativos, como no caso das culturas de milho, algodão e tabaco.

No entanto, as EDAs basearam a sua intervenção num esforço de modernização da agricultura camponesa, para a qual não havia a necessária capacidade em termos de organização, gestão e recursos. Recorria-se muitas vezes à mecanização e promovendo os blocos de culturas como forma de organização da produção, as EDAs não providenciaram outras medidas complementares de caráter técnico e organizativo que permitisse a modernização pretendida. Criou-se, dessa maneira, um ambiente de dependência mais vincado das associações em relação ao Estado, o que foi, agravado por uma degradação progressiva das outras estruturas dos setor agrário. A fim de preencher um vazio político, o MPLA-PT decidiu pela criação da UNACA (União Nacional dos Camponeses Angolanos), por forma a permitir uma maior participação dos camponeses na vida económicas, sociais e política do país, o que veio a acontecer em fevereiro de 1990²¹(Acord e Adra, 1991:20-21).

A criação da UNACA, apesar de ser uma emanção do MPLA -Partido do Trabalho, de não o resultado de um processo de organização a partir da base, gerou determinadas expectativas. No ato de sua constituição, a UNACA definiu atitudes e traçou programas de ação que poderiam resultar numa maior aproximação aos problemas do campo e, conseqüentemente, a uma maior

²⁰ Inicialmente em Malanje, esse movimento alarga-se para outras províncias, principalmente Huíla, enquanto em Huambo, a situação de segurança já era bastante precária, foi constituída apenas uma EDA (Acord e Adra, 1991:16).

²¹ Era estruturada ao nível nacional, na província e nos municípios, tentou orientar e dirigir o movimento cooperativo dinamizando seu desenvolvimento e promovendo a realização de assembléias camponesas (até hoje existe).

aproximação dos camponeses na resolução de assuntos do seu interesse. No entanto, na prática não se cumpriam essas intenções, tendo aumentado a burocracia e o distanciamento em relação ao campo (Acord e Adra, 1991: 20-21).

Portanto, se com a independência, Angola ficou liberta dos condicionalismos legais (lei do condicionamento industrial, regime de pagamentos externos, entre outros) impostos pela ex-metrópole ao seu desenvolvimento industrial, - então considerados pelo novo poder instituído como a causa da situação caótica do caos econômico, situações objetivas como: a guerra de agressão imperialista e o eclodir da guerra civil, a pilhagem efetuada pelos exércitos invasores (África do Sul, por exemplo), a opção do poder popular e a conseqüente política de confiscos e nacionalizações levado ao extremo, a ausência de estruturas administrativas, a criação de tribunais populares revolucionários, o êxodo dos portugueses que detinham o poder econômico, entre outros aspectos menos relevantes (Amaral, 2004:52). Ferreira aponta outras causas que foram fundamentais para a baixa da produção e de produtividade em quase todos os setores foram sendo oficialmente atribuídos à: fraca capacidade organizativa das empresas²²; carência generalizada de quadros, e especialmente quadros qualificados²³; decrescente disciplina laboral; deficiente abastecimento de matérias-primas e outros meios necessários às empresas; falta de engajamento no domínio da direção da economia, particularmente no que respeita às empresas do Estado, e finalmente, especulação dos preços no mercado negro (Ferreira, 1999:35-36).

É claro que a agricultura sofreu de modo direto e intenso os efeitos da situação de guerra. Esses efeitos fizeram-se sentir em diversos níveis: impedindo o trabalho agrícola direto; impossibilitando o funcionamento dos mecanismos de comercialização e distribuição; e dificultando o acesso de meios de produção, fertilizantes, entre outros, ao campo. Portanto, não é de estranhar, de acordo com Ferreira, o impacto desestabilizador da situação de guerra. Se por um lado criaram-se enormes dificuldades às grandes produções agrícolas para exportação (café, sisal, algodão, bananas, etc), por outro, a pequena produção comercializável não encontram canais de escoamento (mercados rurais ou outras formas de comercialização /distribuição). A quebra dos níveis de produção e o autoconsumo são, desta maneira, duas conseqüências

²² O índice de industrialização passou de 100 em 1974(base de partida) para 24,3 em 1989 e para 13,2 em 2000(Rocha, 2004:65).

²³ Nesse contexto, o ano de 1979 é considerado pelo governo o ano da formação de quadros. Mas para Ferreira, “esta excelente oportunidade de sensibilização perdeu-se e o problema foi enviado desde o primeiro momento” (Ferreira, 1999:36).

inevitáveis (Ferreira, 1993:34-35). A produção alimentar desceu em 26% em 1981, sendo preciso importar 200.000 toneladas de milho. Enquanto nas cidades se faziam sentir carências, no campo passou a haver fome (Galli, 1987:146).

Assim, com o abandono dos campos agrícolas e a paralisação da quase totalidade da indústria transformadora e extrativa, subsistiram, apenas, o café, o petróleo e o diamante, que viriam a suportar a estratégia de uma “economia de resistência” centralmente dirigida, cujos reflexos, no desenvolvimento econômico e social do país, não se faz sentir, além do fato do esforço de guerra que a situação exigia (Amaral, 2004:56).

O café teve resultados catastróficos por parte do governo, que não conseguiu atingir os níveis de produção obtidos em 1973. O declínio do setor estatal a favor do setor privado na comercialização do café torna-se latente no final da década de 1980²⁴. Em 1992, o Estado deixa de ter o monopólio das exportações do café.

O diamante também entrou em declínio após a independência. A Companhia de Diamantes de Angola, S.A.R.L(DIAMANG) não conseguiu se reabilitar durante a Primeira República. Amaral aponta que os investimentos efetuados nesse setor obedeciam mais a critérios de natureza política e militar do que econômica, quer por razões do exercício da soberania em áreas de ações de guerra, quer por se tratar de um recurso estratégico que era necessário preservá-lo do acesso ao inimigo, pela sua importância como fonte de financiamento de ações armadas da UNITA contra o Governo (Amaral, 2004:64).

Depois da independência o Governo considerou prioritária a formulação de uma política nacional para o setor petrolífero. Na Primeira República, a gestão do setor petrolífero não obedeceu aos desígnios de uma estratégia para a construção do “socialismo científico”, pois, por força dos acordos existentes com as empresas multinacionais, assistiu-se à implementação de uma estratégia subordinada aos interesses do capitalismo, por isso mesmo, contrária à criação de uma sociedade socialista em Angola (Amaral, 2004:67). Essa situação, Conceição chamou de “paradoxo angolano”, pois sua economia dependeu, desde o tempo colonial, sobretudo o mais recente, do Ocidente, tanto em termos de mercado, quanto de investimentos e tecnologia. O

²⁴ Nos cinco anos que antecederam 2ª República, o setor estatal comercializou 56,9% contra 43,1% do setor privado. Já no ano de 1992, a comercialização do privado foi de 92,9% contra apenas 7,2% do setor estatal. Pode-se pensar que esses números se devem à estratégia do Governo, consubstanciada no Programa de Redimensionamento Empresarial do Setor Cefeícula, cujos efeitos práticos se traduziram já, na restituição do setor privado de cerca de 300 fazendas com uma área superior a 100.000há. Só no Kwanza Sul foram negociadas 90 fazendas com uma área de 33.727ha (Amaral, 2004:62).

petróleo (nunca inferior a 80% na aquisição de divisa no período pós-independência) tinha, e continua a ter, nos Estados, o seu maior comprador e investidor, através das petrolíferas americanas como a Chevron, Texaco e outras, incluindo também as europeias (Conceição, 1999:02). O curioso é que os centros de decisão das multinacionais petrolíferas estavam sediados em países capitalistas que apoiavam a guerra contra o governo que proclamara a independência do país. Estes financiavam “o desenvolvimento econômico e social do Angola” em troca de garantias dadas pelo potencial de produção petrolífera (reservas), inviabilizando, dessa maneira, o “socialismo científico”, e hipotecando para o futuro das gerações angolanas vindouras, ficando o país aprisionado aos interesses estratégicos e vitais do capitalismo (Amaral, 2004:67-68).

No segundo Congresso Ordinário do MPLA-PT, realizado em Luanda no início de dezembro de 1985, foi apontado uma pauta de reformas econômicas. Nesse primeiro momento, dirigentes interessados em mudanças econômicas mais profundas expressaram em público, com o apoio do Presidente. Nessa reunião foi anunciada uma reforma econômica que, pela primeira vez, proclamava a necessidade de adaptação às leis do mercado (Melo apud Conceição, 1999:170).

O agravamento constante da situação política, econômica, social e, sobretudo militar produziu uma conjuntura favorável à intervenção na regulação social de outros atores, para além do partido-Estado e das suas projeções organizativas de massas. Pestana aponta que para debelar a crise econômica e o agravar das condições de vida das populações que cada vez se afastam mais da miragem da base econômica do socialismo, o poder foi constrangido a fazer uma reforma econômica que, tendo por base um discurso crítico (ainda que envergonhadamente crítico) em relação ao desempenho da “economia socialista”, se propôs uma mudança nas formas de mobilização dos angolanos, pelo menos, para as tarefas de produção²⁵ (Pestana, 2004:15).

O lançamento, em 1987, do Programa de Saneamento Econômico e Financeiro (SEF), marca um novo momento na conjuntura econômica angolana. Ele foi uma significativa indicação da vontade, do governo e de amplos setores da sociedade de mudar os rumos da economia

²⁵ José Eduardo dos Santos foi levado, a partir de 1986, com o choque da crise do petróleo, reconheceu no discurso de abertura do Programa de Saneamento Econômico e Financeiro (SEF), no dia 01 de abril de 1987, que, “a degradação do poder de compra, a redução da produtividade do trabalho, a insuficiência do setor do Estado e das empresas (basicamente públicas), o déficit do Orçamento Geral do Estado, a incapacidade do sector bancário de remunerar capitais estrangeiros, o endividamento exterior crescente (...) as causas da estagnação são provenientes em boa parte do sistema de economia, da excessiva centralização, da burocratização subsequente, da desorganização e má gestão das empresas, da indisciplina e da corrupção galopantes, da pilhagem da propriedade social”.

angolana²⁶. Ele revelou uma opção para uma economia de mercado, ou para usar a expressão oficial, “uma economia social de mercado”, enquadrado no que se chamou na época de “socialismo democrático” (Conceição, 1999:74).

O colapso do modelo socialista no final dos anos 1980 provocou várias mudanças na política e na estratégia do MPLA. A construção de uma economia de mercado exigia uma classe empresarial dinâmica, que se pretendeu criar a partir das elites políticas e militares. Foi nesse contexto que se decidiu redimensionar as propriedades do Estado, com a privatização e o adequar a dimensão das empresas às capacidades técnicas e de gestão de novos proprietários. No entanto, para Fernando Pacheco, esse segundo componente foi esquecido. No caso das empresas agrícolas, a ausência de um cadastro atualizado foi determinante para que as propriedades fossem privatizadas de acordo com a situação e a dimensão anteriores, ainda que a terra fosse cedida apenas em termos de direito de uso (Pacheco, 2004:02).

Não havia, nesse contexto, uma verdadeira intenção de reforma, uma renúncia ao projeto político autoritário, mas tão somente um espírito de sobrevivência do poder, uma permanente “reconversão da nomenclatura burocrática” (Ferreira apud Pestana, 2004,16), uma procura de atualização do repertório político de legitimação e, conseqüentemente, da base social de apoio, até porque se desenvolveu, à margem do Estado planificador, mas beneficiando da sua extorsão, um setor de negócios que se juntou aos empresários privados que resistiam à política de exclusividade social (Pestana, 2004:16).

Assim, no plano social, o regime aceitou a intervenção de outros atores sociais, como as Organizações Não Governamentais, primeiramente as estrangeiras, vindas dos países ocidentais, mas normalmente ligadas a movimentos da mesma família ideológica que a do regime. Este exemplo foi imediatamente seguido pelos nacionais que viria a permitir um discurso de cidadania para lá do respectivo movimento no campo da cultura que ultrapassava a idéia de “cidadania revolucionária”, consubstanciada nas duas únicas figuras admitidas pelo poder (ou seja, do “cidadão-soldado” e a do “cidadão-militante”, sendo o primeiro como um pouco continuação do segundo), para se colocar, por um lado, fora do partido único (e de todas as suas extensões) e por outro, para lá do reduzido espaço político consentido. A cidadania expressou-se,

²⁶ Ferreira aponta a conjuntura desfavorável da época, com a queda brusca dos preços do petróleo em 1986 (de 27 para 13 dólares o barril). No entanto, o próprio autor aponta que o SEF não foi só o resultado desse fator externo (Ferreira apud Conceição, 1999:173).

sobretudo nos grupos de reflexão, ainda que semiclandestinos e informais, e deslocou-se abertamente para o terreno da solidariedade social com o surgimento das primeiras Organizações Não Governamental nacional²⁷. Essas associações inscrevem-se na linha direta dos grupos culturais dos anos 1980 que, não se colocando no terreno político de combate ao partido único senão por formas suaves, procuraram no espaço da cultura combater o pensamento do partido único, o que era por si só algo de “subversivo” em relação à ordem autoritária instituída (Pestana, 2004:16-17).

Em janeiro de 1990, com a proclamação da Associação Cívica Angolana (ACA)²⁸, a ação de outros atores sociais não ligados ao partido-Estado passou ao terreno cívico e inaugurou-se, o que Pestana chama da era da sociedade civil nacional. A consagração formal, em 1991, do sistema multipartidário, da liberdade de imprensa²⁹ e de associação, vai alargar o espaço de intervenção destes novos atores sociais e estimular seu crescimento (Pestana, 2004:17-18).

Considerações finais:

O presente artigo tentou, de forma simplificada, apontar os caminhos seguidos pelo MPLA no intuito de desenvolver a agricultura. A dificuldade com a saída de quadros técnicos portugueses foi sentida na tentativa da superação por parte do governo com programas de caráter marxista. No entanto, Angola perdeu sua posição no contexto de grande exportador de culturas, como o café, para dependente de exportações de produtos primários e também de ajuda alimentar. Foi importante salientar a conjuntura política vivida por Angola naquele contexto para melhor compreensão da questão agrária. No fim do artigo, aponto rapidamente o surgimento de instituições da sociedade civil com a preocupação de melhorar as condições de vida do povo

²⁷ Associações como a Acção Angolana para o Desenvolvimento (ADD) e a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) apresentaram propostas de intervenção no espaço público, até aí completamente controlado pelo partido único, trabalhando em programas de desenvolvimento sustentado junto das comunidades, nomeadamente rurais e também, no caso da ADRA, em projetos de educação cívica onde ocupavam espaços privilegiados os direitos humanos e reforço da sociedade civil (Pestana, 2004:16).

²⁸ A ACA nasceu de um apelo público lançado em carta aberta aos cidadãos por um grupo constituído em Comissão instaladora em Outubro de 1989 e escorou o seu direito à liberdade associativa na Lei Constitucional (revolucionária) e no código civil, rompendo com a prática do partido único que obrigava as associações a sua prévia autorização. A ACA teve seu reconhecimento outorgado pelo Ministério da Justiça somente em 1991 (Pestana, 2004:17).

²⁹ Apesar de vezes questionarem até hoje esse tipo de liberdade.

angolano, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento do interior e da agricultura. Demonstra, dessa maneira, claramente um sinal de mudança no encaminhamento da política no país, que passou a se enquadrar no contexto de Estado Democrático de Direito de abertura para os mercados.

Bibliografia:

- ADRA.(1993). *Conflito e desenvolvimento rural. Uma experiência em Caluquembe, Planalto Central angolano*, Centro de Informação e Documentação da ADRA, Luanda.
- _____.(1999). *Programa de Desenvolvimento Institucional*. Lubango.
- _____.(2001). *Reconciliação a nível de base: o caso da ADRA na província de Huambo*. Seminário “Reflexão angolana sobre a construção da paz (II) – construção da paz, governação transparente e iniciativa de desenvolvimento rural”. Amsterdã.
- AMARAL, José Gonçalves Dias.(2004) “Angola: a crise económica na Primeira República”. *Lucere. Revista académica da Universidade Católica de Angola*, 1, 1: 49-69.
- BENDER, Gerald J.(1980) *Angola: mito y realidad de su colonizacion*. México, Siglo Veintiuno Editores.
- CARDOSO, António.(2004) “A análise da situação do sector agrário em Angola”. *Conferência Nacional: O papel da agricultura no desenvolvimento sócio-econômico de Angola*. Luanda,
- COMERFORD, Michael G(2005)*The peaceful face of Angola: Biography of a peace process(1991 to 2002)*. Windhoek, John Meinert Printing.
- CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira.(1999) *Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994)*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo.
- DEVELOPMENT WORKSHOP(DW).(2005) *Terra. Reforma sobre a terra urbana em Angola no período pós-guerra: pesquisa, advocacia e políticas de desenvolvimento*. Luanda.
- FERREIRA, Manuel Ennes.(1993) *Angola: da política às relações económicas com Portugal*. Lisboa, Cadernos económicos Portugal – Angola.
- _____. (1999) *A indústria em tempo de guerra(Angola, 1975-1991)*. Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, Ed. Cosmos.
- FEIO, Mariano.(1998) *As causas do fracasso da colonização de Angola*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical – Ministério da Ciência e Tecnologia.
- GALLI, Rosemary E. (1987). “A crise alimentar e o estado socialista na África Lusófona”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 6-7:135-161.
- LIBERATTI, Marco Antonio (1999). *A guerra civil em Angola: dimensões históricas e contemporâneas*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.

MELLOR, John W. (2004) “O papel do governo, sociedade civil e sector privado no desenvolvimento rural. Conhecer as enormes potencialidades de Angola”. *Documento apresentado na Conferência Nacional sobre a Agricultura*, Luanda, 1, 1:01-15.

NEGRÃO, José.(2002) *A indispensável terra africana para o aumento da riqueza dos pobres*. Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

_____. “Modelo do comportamento econômico da família rural africana”. *Coleção Estudos*. Instituto de Investigação Cruzeiro do Sul, Maputo, 1, 1:01-20.

PACHECO, Fernando. (2003) “A reforma da terra em Angola: força motriz ou obstáculo para o desenvolvimento democrático?”. *Colóquio Internacional Sobre a Reforma Agrária na África Austral*. Berlim, 1, 1:01-09.

_____.(2003) “A problemática da terra no contexto da construção da paz em Angola: desenvolvimento ou conflito?” *ADRA*, Luanda, 1, 1:01-13.

_____. (2000) “A terra e a constituição. Instituto nacional democrático para os assuntos internacionais”. *Ordem dos advogados de Angola*. Lubango, 1,1: 01-10.

_____.(2004) “Caminhos para a cidadania: poder e desenvolvimento a nível local na perspectiva de uma Angola nova”. *ADRA*, 1,1: 01-14.

_____.(2004) “Uma proposta de valorização da tradição e da cultura em favor do desenvolvimento e modernidade”. *Lucere. Revista académica da UCAN*. Universidade Católica de Angola, 1,1: 69-81.

PESTANA, Nelson. (2004) “As dinâmicas da sociedade civil em Angola”. *Centro de Estudos africanos, ISCTE*, 1, 1: 01-29.

ROCHA, Alves da. (2004) “O impacto das reformas macroeconómicas no sector agrário”. *Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. Instituto de Desenvolvimento Agrário*, 1, 1: 01-18.

_____.(2004) *Opiniões e reflexões*. Centro de Estudos e Investigação científica. Luanda, Universidade Católica de Angola.

RPA (República Popular de Angola). (1991) “Técnicas de desenvolvimento rural intensivo em Angola”. *Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Instituto de Desenvolvimento Agrário*, 1,1:01-23.